

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019



SICOOB
Juriscredcelg

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	72.935.705,21	68.691.935,46
Disponibilidades (Nota 4)	433.288,83	326.020,69
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	40.115.056,39	32.362.360,18
Centralização Financeira	40.115.056,39	32.362.360,18
Operações de Crédito (Nota 6)	32.156.932,23	34.574.554,87
Operações de Crédito - Setor Privado	34.519.066,26	35.645.582,19
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.362.134,03)	(1.071.027,32)
Outros Créditos (Nota 7)	163.717,66	1.072.072,60
Avais e Fianças	149.968,83	149.409,24
Rendas a Receber	18.341,73	10.969,36
Diversos	99.376,38	1.040.543,32
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(103.969,28)	(128.849,32)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	66.710,10	356.927,12
Outros Valores e Bens	283,00	165.241,46
Despesas Antecipadas	66.427,10	191.685,66
Não Circulante	49.721.158,13	41.060.428,32
Operações de Crédito (Nota 6)	45.503.041,08	36.824.850,82
Operações de Crédito - Setor Privado	47.401.792,98	38.182.947,54
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.898.751,90)	(1.358.096,72)
Investimentos (Nota 9)	3.753.163,03	3.532.100,11
Ações e Cotas	3.753.163,03	3.532.100,11
Imobilizado (Nota 10)	440.963,42	666.086,92
Outras Imobilizações de Uso	1.115.756,94	1.225.906,60
(-) Depreciações Acumuladas	(674.793,52)	(559.819,68)
Intangível	23.990,60	37.390,47
Softwares	175.157,80	175.157,80
(-) Amortizações Acumuladas	(151.167,20)	(137.767,33)
Total do Ativo	122.656.863,34	109.752.363,78
PASSIVO		
Circulante	83.780.833,20	73.386.684,17
Depósitos (Nota 11)	81.029.723,45	65.333.167,89
Depósitos à Vista	14.723.322,70	9.203.651,67
Depósitos à Prazo	66.306.400,75	56.129.516,22
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	-	3.870.783,42
Repasse Interfinanceiros	-	3.870.783,42
Relações Interdependências	10,00	-
Recursos em Trânsito de Terceiros	10,00	-
Obrigações por Repasses (Nota 12)	-	2.502.031,71
Obrigações por Repasses no País	-	2.502.031,71
Outras Obrigações (Nota 13)	2.751.099,75	1.680.701,15
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	7.025,10	13.278,68
Socials e Estatutárias (Nota 13.1)	251.232,34	467.817,57
Fiscais e Previdenciárias (Nota 13.2)	240.156,83	200.426,19
Diversas (Nota 13.3)	2.252.685,48	999.178,71
Não Circulante	60.428,00	4.533.937,74
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	-	4.207.441,02
Repasse Interfinanceiros	-	4.207.441,02
Outras Obrigações	60.428,00	326.496,72
Diversas (Nota 13.3)	60.428,00	326.496,72
Patrimônio Líquido (Nota 14)	38.815.602,14	31.831.741,87
Capital Social	30.396.273,78	23.258.797,29
Reserva de Lucros	7.361.271,65	7.001.883,65
Sobras ou Perdas Acumuladas	1.058.056,71	1.571.060,93
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	122.656.863,34	109.752.363,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pedro Paulo Alves da Costa

CPF.: 331.336.461-68

Diretor Administrativo e Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

Descrição	2º SEM - 2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira	7.702.946,89	14.868.690,81	15.439.693,33
Resultado com operações de crédito (Nota 17)	7.702.946,89	14.868.690,81	15.439.693,33
Despesas da Intermediação Financeira	(3.322.363,08)	(6.862.574,30)	(4.427.111,24)
Operações de captação no mercado	(1.833.216,73)	(3.767.893,94)	(3.024.982,21)
Operações de empréstimos e repasses	(13.029,70)	(193.450,09)	(372.825,82)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.476.116,65)	(2.901.230,27)	(1.029.303,21)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.380.583,81	8.006.116,51	11.012.582,09
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.311.435,29)	(2.246.055,91)	(3.457.024,26)
Receitas de prestação de serviços (Nota 18)	472.928,96	837.010,59	622.845,56
Rendas de tarifas bancárias (Nota 19)	315.502,35	610.545,96	482.539,48
Despesas de pessoal (Nota 20)	(2.150.081,06)	(4.204.093,11)	(3.996.997,01)
Outras despesas administrativas (Nota 21)	(1.445.876,54)	(2.745.127,88)	(2.439.190,76)
Despesas Tributárias	(36.034,58)	(103.381,87)	(63.458,14)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	861.881,15	1.743.632,58	1.184.049,23
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.181.273,86	2.517.785,89	1.550.865,92
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(511.029,43)	(902.428,07)	(797.678,54)
Resultado operacional	3.069.148,52	5.760.060,60	7.555.557,83
Resultado não operacional (Nota 24)	12.998,32	(18.518,33)	(50.069,65)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	3.082.146,84	5.741.542,27	7.505.488,18
Imposto de renda e contribuição social	(55.319,57)	(87.434,77)	(47.371,18)
Imposto de Renda	(29.589,13)	(45.646,73)	(22.205,24)
Contribuição Social	(25.730,44)	(41.788,04)	(25.165,94)
Participação nas sobras	3.026.827,27	5.654.107,50	7.458.117,00
Juros sobre o capital próprio (Nota 16)	(1.065.682,72)	(1.617.814,92)	(1.301.436,71)
Sobras Líquidas após JCP	1.961.144,55	4.036.292,58	6.156.680,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pedro Paulo Alves da Costa

CPF.: 331.336.461-68

Diretor Administrativo e Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias

CPF.: 884.352.291-49

Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS		SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
		FUNDO DE RESERVA	FUNDO P/ AUM. CAPITAL		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2018	17.442.793,11	2.083.779,88	1.295.634,83	709.514,32	21.531.722,14
DESTINAÇÃO DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:					
- Por Incorporação de Sobras (2017)	707.956,37			(709.514,32)	(1.557,95)
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Reservas (Fundo para aumento de capital)	1.295.634,83		(1.295.634,83)		-
- Por Integralizações	2.546.247,23				2.546.247,23
- Incorporação de Juros ao Capital	1.266.165,75			(1.301.436,71)	(35.270,96)
OUTROS EVENTOS:					
- Utilização de Recursos do FATES				774.683,16	774.683,16
- Resultado com atos não cooperativos para FATES				(100.663,77)	(100.663,77)
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (ANTES DOS JUROS AO CAPITAL)				7.458.117,00	7.458.117,00
- FATES				(341.534,98)	(341.534,98)
- Fundo de Reserva		2.049.209,90		(2.049.209,90)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			2.868.893,87	(2.868.893,87)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2018	23.258.797,29	4.132.989,78	2.868.893,87	1.571.060,93	31.831.741,87
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.816.004,18	2.049.209,90	1.573.259,04	861.546,61	10.300.019,73
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01.01.2019	23.258.797,29	4.132.989,78	2.868.893,87	1.571.060,93	31.831.741,87
DESTINAÇÃO DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:					
- Por Incorporação de Sobras (2018)	1.570.734,00			(1.570.734,00)	-
- Cotas de Capital a Devolver - Ex associados			(597,00)	(326,93)	(923,93)
AUMENTOS DE CAPITAL:					
- Por Incorporação de Reservas (Fundo para aumento de capital)	2.868.296,87		(2.868.296,87)		-
- Por Integralizações	4.918.399,05				4.918.399,05
- Incorporação de Juros ao Capital (Líquido IRRF)	1.552.650,71			(1.617.814,92)	(65.164,21)
OUTROS EVENTOS:					
- Devoluções de Capital	(3.772.604,14)				(3.772.604,14)
- Utilização de Recursos do FATES				447.432,24	447.432,24
- Ajuste exercícios anteriores Nota 14.f (a)				26.800,00	26.800,00
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (ANTES DOS JUROS AO CAPITAL)				5.654.107,50	5.654.107,50
DESTINAÇÕES:					
- FATES				(224.186,24)	(224.186,24)
- Fundo de Reserva		1.345.117,45		(1.345.117,45)	-
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			1.883.164,42	(1.883.164,42)	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31.12.2019	30.396.273,78	5.478.107,23	1.883.164,42	1.058.056,71	38.815.602,14
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	7.137.476,49	1.345.117,45	(985.729,45)	(513.004,22)	6.983.860,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pedro Paulo Alves da Costa
 CPF.: 331.336.461-68
 Diretor Administrativo e Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias
 CPF.: 884.352.291-49
 Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6



3348 - SICOOB JURISCREDCELG
Instituição resp.:
Instituição:
Periodicidade:
Período:

Sisbr 2.0 - Plataforma Contábil
Demonstração de Fluxo de Caixa
1004 - SICOOB GOIÁS CENTRAL
3348 - SICOOB JURISCREDCELG
Exercícios
2019 - 2018

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2019	31/12/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Sobras/(perdas) líquidas antes do IRPJ E CSLL	5.741.542,27	7.505.488,18
Ajustes as sobras/perdas líquidas (não afetaram o caixa)	1.467.510,52	(103.985,45)
Ajuste de Exercícios Anteriores	26.800,00	-
Provisão para Operações de Crédito	2.901.230,27	1.029.303,21
Provisão de Juros ao Capital	(1.617.814,92)	(1.301.436,71)
Despesas de depreciação e amortização	157.295,17	168.148,05
Aumento (redução) em ativos operacionais	(7.963.225,93)	(8.944.731,16)
Operações de crédito	(9.161.797,89)	(7.841.040,20)
Outros créditos	908.354,94	(956.069,73)
Outros valores e bens	290.217,02	(147.621,23)
Aumento (redução) em passivos operacionais	6.056.450,52	23.510.855,14
Depósitos	15.696.555,56	13.637.274,04
Relações Interdependências	(8.078.214,44)	7.632.334,48
Obrigações por empréstimos e repasses	(2.502.031,71)	2.502.031,71
Outras obrigações	1.027.575,88	(213.413,91)
IRPJ / CSLL (Pagos)	(87.434,77)	(47.371,18)
1 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.302.277,38	21.967.626,71
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Alienação de imobilizado de uso	-	(9.614,75)
Aquisição de investimentos	(221.062,92)	(1.934.886,77)
Aquisição de imobilizado de uso	81.228,20	(158.495,09)
Aplicação de Ativo Intangível	-	17.159,24
2 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(139.834,72)	(2.085.837,37)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento por novas integralizações de capital	4.918.399,05	2.546.247,23
Devoluções de Capital	(3.838.692,28)	(1.557,95)
Subscrição de Juros ao Capital	1.617.814,92	1.266.165,75
3 - CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.697.521,69	3.810.855,03
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIV. DE CAIXA (SOMATÓRIO 1 + 2 + 3)	7.859.964,35	23.692.644,37
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	7.859.964,35	23.692.644,37
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	32.688.380,87	8.995.736,50
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	40.548.345,22	32.688.380,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Pedro Paulo Alves da Costa
CPF.: 331.336.461-68
Diretor Administrativo e Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6



COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

1) Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA - SICOOB JURISCREDCELG**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **15/05/2008**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB JURISCREDCELG** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **GOIÂNIA - GO**.

O **SICOOB JURISCREDCELG** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3) Resumo das principais práticas contábeis



a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado



Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.



o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

p) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	433.288,83	326.020,69
Relações interfinanceiras - centralização financeira	40.115.056,39	32.362.360,18
TOTAL	40.548.345,22	32.688.380,87

5) Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2019** e **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	40.115.056,39	32.362.360,18
TOTAL	40.115.056,39	32.362.360,18

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **31/12/2019** e **31/12/2018** foram respectivamente **R\$ 2.517.785,89** (Dois milhões quinhentos e dezessete mil setecentos e oitenta cinco reais e oitenta nove centavos) e **R\$ 1.550.865,92** (Um milhão quinhentos e cinquenta mil oitocentos e sessenta cinco reais e noventa dois centavos), com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos.



6) Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	33.822.172,06	46.504.251,19	80.326.423,25	72.030.216,98
Financiamentos	696.894,20	897.541,79	1.594.435,99	1.798.312,75
Total de Operações de Crédito	34.519.066,26	47.401.792,98	81.920.859,24	73.828.529,73
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.362.134,03)	(1.898.751,90)	(4.260.885,93)	(2.429.124,04)
TOTAL	32.156.932,23	45.503.041,08	77.659.973,31	71.399.405,69

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação					31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
AA	-	Normal	5.869.766,31	-	5.869.766,31	-	10.298.797,69	-
A	0,50%	Normal	26.750.037,16	483.505,05	27.233.542,21	(136.167,71)	31.292.359,48	(156.461,80)
B	1%	Normal	24.293.713,28	408.193,89	24.701.907,17	(247.019,07)	7.974.443,65	(79.744,44)
B	1%	Vencidas	424.282,74	-	424.282,74	(4.242,83)	866.151,36	(8.661,51)
C	3%	Normal	9.335.039,61	379.168,58	9.714.208,19	(291.426,25)	15.413.063,98	(462.391,92)
C	3%	Vencidas	1.243.005,05	27.900,45	1.270.905,50	(38.127,49)	560.704,75	(16.821,48)
D	10%	Normal	7.378.462,41	122.971,80	7.501.434,21	(750.143,42)	5.722.920,44	(572.292,04)
D	10%	Vencidas	525.098,55	-	525.098,55	(52.509,86)	214.736,23	(21.473,62)
E	30%	Normal	1.764.725,58	69.615,88	1.834.341,46	(550.302,44)	177.524,14	(53.257,24)
E	30%	Vencidas	550.792,14	12.785,79	563.577,93	(169.073,38)	201.739,94	(60.521,98)
F	50%	Normal	258.696,70	-	258.696,70	(129.348,35)	158.401,68	(79.200,84)
F	50%	Vencidas	126.320,46	56.267,79	182.588,25	(91.294,13)	10.282,26	(5.141,13)
G	70%	Normal	16.966,21	-	16.966,21	(11.876,35)	27.380,05	(19.166,04)
G	70%	Vencidas	113.963,86	-	113.963,86	(79.774,70)	53.446,92	(37.412,84)
H	100%	Normal	674.828,62	22.197,21	697.025,83	(697.025,83)	745.509,64	(745.509,64)
H	100%	Vencidas	1.000.724,57	11.829,55	1.012.554,12	(1.012.554,12)	111.067,52	(111.067,52)
Total Normal			76.342.235,88	1.485.652,41	77.827.888,29	(2.813.309,42)	71.810.400,75	(2.168.023,96)
Total Vencidos			3.984.187,37	108.783,58	4.092.970,95	(1.447.576,51)	2.018.128,98	(261.100,08)
Total Geral			80.326.423,25	1.594.435,99	81.920.859,24	(4.260.885,93)	73.828.529,73	(2.429.124,04)
Provisões			(4.142.996,09)	(117.889,84)	(4.260.885,93)		(2.429.124,04)	
Total Líquido			76.183.427,16	1.476.546,15	77.659.973,31		71.399.405,69	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:



Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	18.683.237,67	15.138.934,39	46.504.251,19	80.326.423,25
Financiamentos	225.057,43	471.836,77	897.541,79	1.594.435,99
TOTAL	18.908.295,10	15.610.771,16	47.401.792,98	81.920.859,24

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	114.300,36	262.924,40	377.224,76	0%
Setor Privado - Serviços	30.491.326,51	443.038,59	30.934.365,10	38%
Pessoa Física	49.322.581,30	888.473,00	50.211.054,30	61%
Outros	398.215,08	0,00	398.215,08	0%
TOTAL	80.326.423,25	1.594.435,99	81.920.859,24	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(2.429.124,04)	(3.038.992,68)
Constituições / Reversões	(2.836.720,16)	(577.928,48)
Transferência para prejuízo	1.004.958,27	1.187.797,12
TOTAL	(4.260.885,93)	(2.429.124,04)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	4.489.698,06	5,00%	2.908.393,68	4,00%
10 Maiores Devedores	23.490.860,47	29,00%	18.686.502,28	25,00%
50 Maiores Devedores	43.122.242,10	53,00%	37.514.662,82	51,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.509.780,16	456.704,80
Valor das operações transferidas no período	1.004.958,27	1.187.797,32
Valor das operações recuperadas no período	(238.782,37)	(134.721,96)
TOTAL	2.275.956,06	1.509.780,16

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 15.471.331,63** (Quinze milhões, quatrocentos e setenta um mil trezentos e trinta um reais e sessenta três centavos), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7) Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (a)	149.968,83	149.409,24
Rendas a Receber	18.341,73	10.969,36
Serviços prestados a receber	16.859,82	10.742,55
Outras rendas a receber	1.481,91	226,81
Diversos	99.376,38	1.040.543,32
Adiantamentos e antecipações salariais	7.976,11	9.227,64
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	21.337,56	600,00
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	1.300,00
Títulos e créditos a receber (b)	70.062,69	1.003.436,51
Devedores diversos - país	0,02	25.979,17
(-) Provisões para outros créditos	(103.969,28)	(128.849,32)
(-) Com características de concessão de crédito (c)	(103.969,28)	(128.849,32)
TOTAL	163.717,66	1.072.072,60

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de títulos e créditos a receber refere-se a operações oriundas de liquidações de operações do crédito consignado.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual			Avais e Fianças Honrados	Provisões	Total em	Provisões
de Risco / Situação				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
E	30%	Normal	26.779,03	(8.033,72)	-	-
E	30%	Vencidas	31.673,57	(9.502,07)	29.371,32	(8.811,40)
G	70%	Normal	14.658,35	(10.260,85)	-	-
G	70%	Vencidas	2.284,13	(1.598,89)	-	-
H	100%	Vencidas	74.573,75	(74.573,75)	120.037,92	(120.037,92)
Total Normal			41.437,38	(18.294,57)	-	-
Total Vencidos			108.531,45	(85.674,71)	149.409,24	(128.849,32)
Total Geral			149.968,83	(103.969,28)	149.409,24	(128.849,32)
Provisões			(103.969,28)		(128.849,32)	
Total Líquido			45.999,56		20.559,92	

8) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio	-	165.241,46
Material em Estoque	283,00	-
Despesas Antecipadas (a)	66.427,10	191.685,66
TOTAL	66.710,10	356.927,12

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.



9) Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito – Sicoob Goiás Central	3.604.146,82	3.401.425,82
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	149.016,21	130.674,29
TOTAL	3.753.163,03	3.532.100,11

10) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Instalações	10%	261.024,66	261.024,66
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(186.915,53)	(136.716,48)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	398.577,54	495.366,76
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(149.583,41)	(125.718,49)
Sistema de Comunicação	20%	30.354,58	32.639,02
Sistema de Processamento de Dados	20%	318.419,15	329.495,15
Sistema de Segurança	10%	70.445,53	70.445,53
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(301.359,10)	(260.449,23)
TOTAL		440.963,42	666.086,92

11) Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	14.723.322,70		9.203.651,67	
Depósito a Prazo	66.306.400,75	0,35%	56.129.516,22	0,46%
TOTAL	81.029.723,45		65.333.167,89	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	5.758.877,68	7,00%	5.326.166,47	8,00%
10 Maiores Depositantes	27.354.662,89	34,00%	24.090.679,78	37,00%
50 Maiores Depositantes	49.949.954,58	62,00%	43.469.058,42	67,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:



Descrição	2019	2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.656.488,61)	(2.933.888,73)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(111.405,33)	(91.093,48)
TOTAL	(3.767.893,94)	(3.024.982,21)

12) Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados. Em 31/12/2019 não havia captação de recursos nessas linhas de crédito.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	-	2.502.031,71	-
Recursos do Bancoob	-	3.870.783,42	4.207.441,02
TOTAL	-	6.372.815,13	4.207.441,02

13) Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrec. Tributos e Assemelhados	7.025,10	-	13.278,68	-
Sociais e Estatutárias	251.232,34	-	467.817,57	-
Fiscais e Previdenciárias	240.156,83	-	200.426,19	-
Diversas	2.252.685,48	60.428,00	999.178,71	326.496,72
TOTAL	2.751.099,75	60.428,00	1.680.701,15	326.496,72

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (a)	224.186,24	346.768,47
Resultado de Atos com não Associados (a)	-	100.663,77
Cotas de Capital a Pagar (b)	27.046,10	20.385,33
TOTAL	251.232,34	467.817,57

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias



As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	-	26.562,79
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	20.138,43	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	5.006,83	4.512,09
Impostos e Contribuições sobre Salários	156.243,41	130.765,19
Outros	58.768,16	38.586,12
TOTAL	240.156,83	200.426,19

17.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.175,19	-	-	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	14.812,20	-	206.378,85	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	459.379,15	-	451.518,80	-
Provisão para Demandas judiciais (Nota 30)	-	60.428,00	-	326.496,72
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	290.886,61	-	159.081,51	-
Credores Diversos – País (c)	1.482.432,33	-	182.199,55	-
TOTAL	2.252.685,48	60.428,00	999.178,71	326.496,72

(a) Refere-se à provisão para pagamentos de despesas de pessoal e administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.122.542,65 (R\$ 5.037.583,30 em **31/12/2018**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Representam obrigações com terceiros e com seus cooperados, com representatividade de saldo em pendências a regularizar com o Bancoob no valor de R\$ 1.368.506,10 e Créditos de Cobrança no valor de R\$ 72.274,41.

14) Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	30.396.273,78	23.258.797,29
Associados	2.514	2.308

b) Fundo de Reserva



Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Fundo para aumento de capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 42%, utilizada para aumento de capital sendo incorporados às respectivas contas, visando crescimento sustentável.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.571.060,93, sendo incorporado ao capital o montante de R\$ 1.570.734,00 (Um milhão quinhentos e setenta mil setecentos e trinta quatro reais) e cotas de capital a devolver ex-associados no montante de R\$ 326,93 (Trezentos e vinte seis reais e noventa três centavos).

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2019	2018
Sobra líquida do exercício	4.036.292,58	6.156.680,29
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(100.663,77)
Reversão utilização de recursos do FATES	447.432,24	774.683,16
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.483.724,82	6.830.699,68
Destinações estatutárias		
Fundo de Reserva - 30%	(1.345.117,45)	(2.049.209,90)
Fundo para aumento de Capital - 42%	(1.883.164,42)	(2.868.893,87)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(224.186,24)	(341.534,98)
Sobra à disposição da Assembleia Geral - 23%	1.031.256,71	1.571.060,93
Ajuste de exercício anterior (a disposição Assembleia Geral) (a)	26.800,00	-

(a) Baixa provisão de despesas com fornecedor comunicações efetivadas no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016 não baixadas em exercícios seguintes.

15) Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019	2018
Receita de prestação de serviços	4.123.727,35	410.399,70
Despesas específicas de atos não cooperativos	(3.871.226,19)	(70.540,18)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	(141.754,92)
Resultado operacional	252.501,16	198.104,60
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	-	(50.069,65)



Ajuste do resultado com não associados (PIS/COFINS/ISS)	(52.810,42)	-
Ajuste do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(87.434,77)	(47.371,18)
Outras Deduções (CONFORME RES. 129/16 E RES. 145/16)	(152.883,14)	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(40.627,17)	100.663,77

16) Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.617.814,92 (Em **2018**, R\$ 1.301.436,71).

17) Receitas de operações de credito

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	69.956,15	170.156,04
Rendas de Empréstimos	13.944.759,89	13.984.072,04
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	221.870,60	281.570,75
Rendas de Financiamentos	296.763,44	391.882,13
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	0,00	103.823,34
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	335.340,73	508.189,03
TOTAL	14.868.690,81	15.439.693,33

18) Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Cobrança	361.853,03	208.052,48
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	475.157,56	414.793,08
TOTAL	837.010,59	622.845,56

19) Rendas de tarifas bancárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Serviços Prioritários - PF	187.720,00	195.937,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	113,41	534,23
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	422.712,55	286.068,25
TOTAL	610.545,96	482.539,48

20) Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(41.813,97)	(36.336,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(612.421,56)	(549.356,76)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(775.693,54)	(671.639,48)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(827.087,40)	(765.680,94)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.886.016,87)	(1.911.010,64)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(58.297,59)	(53.281,87)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(2.762,18)	(9.691,32)
TOTAL	(4.204.093,11)	(3.996.997,01)

21) Outros dispêndios administrativos



Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(6.906,06)	(6.000,00)
Despesas de Aluguéis	(254.371,06)	(187.825,33)
Despesas de Comunicações	(146.283,51)	(153.479,95)
Despesas de Contribuições Filantrópicas	(10.000,00)	0,00
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(63.235,81)	(18.579,48)
Despesas de Material	(23.692,91)	(15.814,70)
Despesas de Processamento de Dados	(100.300,65)	(272.546,72)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(297.134,77)	(311.640,28)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(59.188,60)	(13.087,66)
Despesas de Publicações	(900,00)	(450,00)
Despesas de Seguros	(20.877,48)	(25.747,23)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(708.202,69)	(519.455,36)
Despesas de Serviços de Terceiros	(131.561,77)	(44.055,01)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(121.960,41)	(124.219,00)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(192.415,46)	(65.555,50)
Despesas de Transporte	(53.630,15)	(52.238,84)
Despesas de Viagem no País	(6.919,71)	(6.718,50)
Despesas de Amortização	(13.399,87)	(22.519,48)
Despesas de Depreciação	(143.895,30)	(145.628,57)
Outras Despesas Administrativas	(216.610,64)	(161.488,39)
Emolumentos judiciais e cartorários	(20.027,81)	(17.346,97)
Contribuição a OCE	0,00	(13.640,00)
Rateio de despesas da Central	(73.994,53)	(213.366,15)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(79.618,69)	(47.787,64)
TOTAL	(2.745.127,88)	(2.439.190,76)

22) Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	24.244,88	66.665,87
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	643.068,59	193.950,90
Dividendos	18.347,16	13.987,74
Deduções e abatimentos	3.855,02	0,00
Distribuição de sobras da central	0,00	92.142,71
Outras rendas operacionais	208.961,75	2.190,16
Rendas oriundas de cartões de crédito	845.155,18	815.111,85
TOTAL	1.743.632,58	1.184.049,23

23) Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(40.549,51)	(44.276,32)
Despesas de Provisões Passivas	(448.376,97)	(253.409,86)
Outras Despesas Operacionais	(392.137,58)	(399.617,80)
Descontos concedidos - operações de crédito	(15.501,51)	(92.791,56)
Cancelamento - tarifas pendentes	(5.862,50)	(7.583,00)
TOTAL	(902.428,07)	(797.678,54)

24) Resultado não operacional

Descrição	2019	2018
Lucro em Transações com Valores de Bens	76,52	0,00
Ganhos de Capital	31.274,52	26.753,78
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	(6.643,25)
(-) Perdas de Capital	(49.869,37)	(70.180,18)
Resultado Líquido	(18.518,33)	(50.069,65)

25) Partes Relacionadas



As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	52.961,92	0,0281%	239,17
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	883.674,44	0,4695%	12.947,15
TOTAL	936.636,36	0,4977%	13.186,32
Montante das Operações Passivas	1.394.172,33	1,8030%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	31.213,91	2.403,73	2,1572%
Empréstimo	1.395.310,28	22.372,24	1,8321%
Financiamento	40.021,83	200,11	2,5101%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.042.904,06	7,1080%	0%
Depósitos a Prazo	6.627.407,15	9,9951%	0,4029%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,7813%
Financiamento	1,1500%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,5390%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,3918%
Aplicações Financeiras	1,8030%



d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	2.023.400,12
Financiamento	56.802,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
96.136,71	136.837,17

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(41.813,97)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(612.421,56)
Encargos Sociais	(122.469,56)

26) Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA - SICOOB JURISCREDCELG**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB JURISCREDCELG** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

27) Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.



A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;



f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28) Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29) Índice de Basileia



As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2019	2018
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR	35.241.169,51	27.582.325,88
RWA-S5	80.157.580,48	71.634.415,90
INDICE DE BASILÉIA	43,96%	38,50%

30) Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
	Provisão para Demandas Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais
Cíveis	60.428,00	
Outros	-	326.496,72
TOTAL	60.428,00	326.496,72

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB JURISCREDCELG**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, sendo 3 processos, totalizando R\$ 9.600,16 (Nove mil seiscentos reais e dezesseis centavos). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis, dentre os quais destacam-se processos: 0011308-16.2019.5.18.0010, 5636405.11.2019.8.09.0000, 5687133.97.2019.8.09.0051.

31) Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Setorial Multi - Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o primeiro semestre totalizaram R\$ 9.604,28 (Nove mil seiscentos e quatro reais e vinte oito centavos).

Pedro Paulo Alves Costa
CPF.: 331.336.461-68
Diretor Administrativo e Financeiro

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
**Cooperativa de Crédito dos Magistrados, Servidores da Justiça do Estado de Goiás e
Empregados da CELG Ltda. – Sicoob Juriscredcelg**
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Magistrados, Servidores da Justiça do Estado de Goiás e Empregados da CELG Ltda. – Sicoob Juriscredcelg, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Juriscredcelg em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Juriscredcelg é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse

relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 08 de abril de 2020.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF – 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da JURISCREDCELG - Cooperativa de Crédito dos Magistrados, Servidores da Justiça do Estado de Goiás e Empregados da CELG Ltda, em conformidade com nossas atribuições, e de acordo Estatuto Social, Regimento Interno e normas legais aplicáveis: Lei 5.764/71, Lei 11.638/07, Lei complementar 130/09, temos a responsabilidade de expressar opinião sobre o balanço patrimonial e a respectiva demonstração do resultado (sobras), demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório da administração, notas explicativas, e o parecer da auditoria independente, correspondentes ao exercício de 2019.

Mensalmente, em nossas atividades fiscalizadoras durante todo o exercício social, consubstanciadas nas reuniões deste Conselho, conforme respectivas atas; analisamos, com base em testes, nas evidências e nos registros que suportam os valores e as informações contábeis pertinentes; na avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da cooperativa; e os esclarecimentos apresentados por prepostos da administração.

Sendo assim, visto que as demonstrações contábeis representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da cooperativa em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, este Conselho opina pela sua aprovação.

Goiânia, 12 de maio de 2020.

Maria de Fátima Gomes Xavier
Membro Fiscal Efetiva

Floripes de Sousa Barbosa
Membro Fiscal Efetivo

Enidêe Aparecida Gonçalves
Membro Fiscal Efetiva